

SETEMBRO 2026

GAZETA DO POVO

REVISTA



STF EM RUÍNAS

Editorial argumenta como a
anulação de liminares não
basta para frear os maus
• ministros do Supremo

Após 14 anos, SP perde posto
de estado mais competitivo
do país. Conheça o novo líder

A Netflix está em crise —
e a obsessão pelo woke é
um dos motivos

Índice

Anulação de liminares não basta para frear os
maus ministros do STF 04

Paulo Briguet: Acorde, você está numa ditadura
socialista! 13

Antonio Cabrera: 25 anos do 11 de setembro: as
vítimas que faziam o comércio no mundo
funcionar 20

OAB e elite jurídica diluem escândalo Moraes em
discurso de “crise” no STF 27

Após 14 anos, SP perde posto de estado mais
competitivo do país. Conheça o novo líder 37

Oficinas têm dificuldade para acompanhar avanço
de elétricos e híbridos 48

A Netflix está em crise — e a obsessão pelo woke é
um dos motivos 58



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER

The background of the entire image is a dark blue silhouette of a human head in profile, facing right. Inside the head, there is a complex, glowing network of lines and dots, resembling a neural network or a star map. The dots are in shades of yellow, orange, and pink, and the lines are thin and light blue. The overall effect is one of intellectual activity and knowledge.

GAZETA DO POVO

CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Edson Fachin suspendeu liminares de André Mendonça e Flávio Dino sobre afastamento de diretor-geral da PF. (Foto: ChatGPT sobre foto de Alejandro Zambrana/STF)

EDITORIAL

Anulação de liminares não basta para frear os maus ministros do STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, derrubou na tarde desta quarta-feira as duas liminares que tratavam do afastamento do

diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência Policial, Leandro Almada. Na terça-feira, o ministro André Mendonça havia afastado os dois diretores, mas na manhã desta quarta seu colega Flávio Dino reconduziu ambos aos seus cargos, em uma decisão que combinava truques processuais, autoritarismo e pobreza de argumentação. Fachin ainda decidiu que o pedido de afastamento feito pelo partido Novo será analisado por ele mesmo, depois de ouvir os argumentos de Mendonça e Rodrigues.

Fachin aplicou o artigo 4.º da Lei 8.437/1992, que permite “ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar”, desde que em circunstâncias muito específicas, incluindo (mas

não se limitando a) “caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas”. E citou, como precedentes, duas liminares de Marco Aurélio Mello suspensas por presidentes do STF: Dias Toffoli, em 2018, reverteu a soltura de todos os presos condenados em segunda instância, mas sem o trânsito em julgado; e, em 2020, Luiz Fux restabeleceu a prisão preventiva de André do Rap, líder do PCC (embora já fosse tarde demais, pois o criminoso havia fugido).

Do ponto de vista puramente jurídico, Fachin optou por uma solução possível – embora não a melhor, como veremos – diante da urgência do caso. Assim como afirmamos neste espaço, tratando de Alexandre de Moraes e Mendonça,

não há equiparação moral possível também neste caso.



Dino provou que há uma facção de ministros dedicados única e exclusivamente à autoproteção e à blindagem mútua, e que esse grupo quer tomar o STF de assalto

Mendonça tomou uma decisão da qual se pode até discordar, mas que estava dentro de sua competência como relator. Dino, por sua vez, atropelou totalmente o colega e o próprio Fachin, que já havia encaminhado o caso com um prazo para a manifestação de Mendonça; fez isso graças a um truque processual que permitiu a Dino analisar o pedido de Rodrigues, e ainda tratou qualquer eventual decisão contrária à sua como

“ilícito sujeito às consequências previstas no ordenamento jurídico” – de forma bastante hipócrita, pois ele mesmo estava revisando decisões de colegas.

Não se tratava, portanto, de simples divergência ou de um mero “quadro de conflitos e sobreposições processuais que, por si só, configuram lesão à ordem pública e à integridade deste tribunal”, como escreveu Fachin em sua decisão. Havia um ministro que afastou um diretor da PF, e um outro ministro que fez terra arrasada da ordem jurídica nacional. A única atitude totalmente acertada, por parte de Fachin, seria anular apenas a liminar de Dino, deixar que o afastamento decretado por Mendonça continuasse a vigorar, e marcar a análise do plenário ou deixar prevalecer o entendimento da Segunda Turma, onde já havia maioria para

seguir o relator. No entanto, como o presidente do STF só pode suspender liminares se provocado, e a única provocação (proveniente da Advocacia-Geral da União) se referia à liminar de Mendonça, e não à de Dino, a suspensão de ambas as liminares se tornou uma solução compreensível (mas não correta), diante de todas as circunstâncias.

O grande problema, neste caso, é que o apaziguamento e as soluções de compromisso jamais resolvem definitivamente os problemas. Flávio Dino agiu como se fosse dono do Supremo, atropelando um processo que já tinha seu encaminhamento regular e portando-se como a autoridade suprema no que diz respeito ao status de Andrei Rodrigues na diretoria-geral da PF. A interferência do mais novato dos membros do Supremo é a prova cabal de que há uma facção de

ministros dedicados única e exclusivamente à autoproteção e à blindagem mútua, e de que esse grupo quer tomar o STF de assalto, passando por cima de tudo e de todos; eles não querem ser criticados, não querem ser questionados, e não querem ser investigados, independentemente do que façam ou do que digam.

Por esse motivo, é preciso também destacar uma outra decisão tomada por Fachin nesta quarta-feira: a de retirar das mãos de Alexandre de Moraes o abusivo inquérito das fake news. Um inquérito que jamais deveria ter existido, e cuja relatoria foi atribuída por meios tortuosos, por muitos anos foi usado por Moraes e seus aliados para perseguir e censurar críticos, em uma paradoxal abolição das liberdades individuais em nome de uma suposta “defesa da democracia”. Ainda que, por razões processuais, as ações

penais derivadas desse inquérito, com denúncia formalmente recebida, sigam sob a relatoria de Moraes, espera-se que Fachin finalmente encerre esse capítulo desastroso da história jurídica nacional.

Muito mais que um conflito interno do Supremo, está em curso uma batalha pela própria República, uma escolha entre o poder do povo e da lei, e o poder absoluto exercido por quatro ou cinco pessoas que não se sentem limitadas por nada, o que torna muito mais difícil (mas não impossível) a tarefa de pará-las. Os meios existem, como Fachin acaba de demonstrar ao tirar de Moraes o “inquérito do fim do mundo”, mas é preciso seguir até o fim. O STF passará por sua hora da verdade no próximo dia 15, quando haverá uma sessão presencial extraordinária para julgar o pedido de investigação de Moraes por

suas ligações com Daniel Vorcaro. O Brasil acompanhará atentamente essa sessão, porque nela será possível perceber, sem dúvida alguma, quem são os ministros que cumprem seu papel e quem são os ministros indignos da toga que vestem, os que usam o poder em benefício próprio. E veremos que não há como tratá-los igualmente, numa falsa equivalência moral que reduz tudo a divergências legítimas ou “erros” dos dois lados que se anulam: os maus ministros, seus cúmplices e os omissos hão de se mostrar como o que verdadeiramente são.



[Voltar ao índice](#)



De tempos em tempos, surge um candidato “moderado”, um novo Alckmin para tentar refazer o teatro das tesouras. (Foto: Renato Pizzutto/Band)

OPINIÃO

Paulo Briguet

Acorde, você está numa ditadura socialista!

*“Moderação na defesa da verdade é serviço prestado à mentira.”
(Olavo de Carvalho)*

Nas próximas eleições presidenciais, há basicamente dois candidatos: Lula e aquele que pode vencer o Lula. Tertium non datur. Como diria o saudoso Padre Quevedo, terceira via non ecziste. É uma ficção alimentada por oportunistas ou iludidos. A esta altura do campeonato, todas as outras candidaturas — Renan, Caiado, Zema, Cury — não passam de linhas auxiliares do Regime PT-STF, como os candidatos em eleições de países socialistas. Ei, acorde: você vive em um país socialista.

Estou dizendo que, se o candidato que pode vencer o Lula conseguir vencer o Lula, nós teremos vida fácil? Evidentemente, não. O Brasil já caiu no abismo, empurrado pelo atual desgoverno. Atualmente, estamos naquela posição do sujeito que caiu do 10º andar e, ao passar pelo 5º, pensa: “Até aqui, tudo bem”. A

catástrofe virá, independentemente de quem ganhar a eleição.

Já mencionei a vocês, meus queridos sete leitores, os cinco C's que transformaram a vida do brasileiro não estatal em um martírio: custo de vida, criminalidade, carga tributária, corrupção e censura. Se o Lula ganhar, esses instrumentos de tortura se tornarão muito mais dilacerantes. É isso que os socialistas fazem no poder: escravizam e silenciam o povo que prometeram defender.

A esquerda está no poder há muitos anos. Ela domina, por esmagadora maioria, não apenas o governo, mas também a grande mídia, as instituições públicas e privadas, os serviços públicos, as grandes empresas, os sindicatos, as

organizações religiosas, a indústria cultural e de entretenimento, o sistema financeiro, o mercado editorial, os tribunais, as promotorias, a burocracia estatal e, finalmente, as escolas e universidades em que se formam os novos políticos, burocratas e profissionais das mais diversas áreas. Como já assinalei aqui, até a direita é de esquerda no Brasil.

Diante de tal quadro, esse papinho de “combate à polarização” não passa de uma cantilena da esquerda para evitar qualquer ameaça à sua hegemonia. Durante muitos anos, todos nós acreditamos que havia uma disputa real entre o PT e o PSDB, até que o professor Olavo de Carvalho desmascarou esse teatro das tesouras, em que os dois lados cortavam sempre em direção à esquerda. Há exatos 20 anos, Lula e Alckmin fingiam duelar na eleição diante de uma

população de idiotas úteis — nós. Olhem onde estão os dois antigos adversários hoje.



De tempos em tempos, surge um candidato “moderado”, um novo Alckmin para tentar refazer o teatro das tesouras. É o candidato de “extremo-centro”, que tem o “coração na esquerda e a cabeça na direita”

Fala mansa, ponderado, bom moço, ele gosta de fazer cafunés retóricos no eleitor, jamais dizendo algo que possa ferir as sacrossantas opiniões do famoso isentão (todas elas, por sinal, originárias da esquerda). A ideologia do isentismo nada mais é do que um aspecto do movimento revolucionário; basta estudar a história das

revoluções para entender qual foi o destino dos que ficaram em cima do muro.

O problema com o candidato de extremo-centro é que, quando ele cai, cai sempre para a esquerda. Mesmo na remotíssima possibilidade de que viesse a ter sucesso em sua candidatura, ele seria rapidamente engolido pelo sistema de poder, perpetuando a ditadura em que estamos mergulhados.

Diante das atrocidades que Lula e o STF perpetraram nos últimos sete anos, afetar “moderação” e “equilíbrio” é um ato de covardia, omissão e cumplicidade com o mal. Homens de bem não constroem pontes para o inferno.

PS: Quando terminei de escrever esta coluna, recebi a notícia de que Flávio Dino, o ministro comunista, reverteu o afastamento do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues. Pergunto: qual é a chance de vencer essa ditadura por meio do isentismo e da “terceira via”?



**Paulo
Briguet**

Autor: Paulo Briguet é escritor, jornalista, palestrante e professor de literatura. Trabalhou em diversos jornais, revistas e assessorias de comunicação no Paraná. Foi colunista da Folha de Londrina e editor-chefe do jornal Brasil Sem Medo. Publicou diversos livros, dentre eles: “Nossa Senhora dos Ateus”, “Coração de mãe”, “O Mínimo sobre Distopias” e “Diário de Moby Dick”. Já escreveu mais de 2 mil crônicas. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Comerciantes pacíficos eram a maior parte das vítimas do atentado ocorrido em 11 de setembro de 2001. (Foto: Imagem produzida por ChatGPT/Gazeta do Povo)

OPINIÃO

Antonio Cabrera

25 anos do 11 de setembro: as vítimas que faziam o comércio no mundo funcionar

Quero prestar um tributo ao comércio — e a quem realmente foi atacado em 11 de setembro de

2001, que completou nesta semana 25 anos. A imagem das Torres Gêmeas desmoronando parece resumir dois pontos que hoje já quase ninguém lembra: a contribuição extraordinária que o comércio deu à civilização e o quanto ele segue vulnerável diante de quem o odeia.

As torres eram gloriosas, sobretudo por um motivo que passa despercebido: não foram erguidas para ostentar a glória de nenhum Estado. Foram erguidas para exhibir o poder criativo da economia capitalista. Muito mais importante do que a estrutura de aço e vidro era tudo o que acontecia dentro delas: empreendedorismo, criatividade, troca, comércio, serviço — sempre de maneira pacífica, sempre para benefício de gente que nunca soube o nome de quem trabalhava ali.

Que tipo de serviço? No World Trade Center havia corretores, seguradores, varejistas, financiadores, advogados, representantes comerciais, arquitetos — gente cuja contribuição diária é absolutamente essencial para o bem-estar de quem vive numa economia de mercado. A maioria dos mortos daquele dia continuará anônima para sempre. Conhecêssemos seus nomes ou não, o fato não muda: foram, indiscutivelmente, benfeitores nossos. Numa sociedade comercial, as ações do empreendedor beneficiam a todos, não importa onde estejam, e da maneira mais imperceptível que se possa imaginar.

Pense em particular nas pessoas daquele prédio que trabalhavam para viabilizar o comércio internacional. Faziam, todo dia, o que parece impossível: lidando com um mundo de mais de duzentos países, centenas de línguas e dialetos,

dezenas de moedas, regimes de governo incompatíveis entre si, milhares de diferenças culturais locais e bilhões de consumidores, sempre encontravam um jeito de fazer o comércio pacífico acontecer.

O produtor rural brasileiro deveria entender isso melhor do que ninguém. O corretor de commodities que fechava contrato futuro num escritório do WTC, o segurador que dava garantia para um carregamento, o financiador que abria linha de crédito para exportação — todos esses anônimos tornavam possível que um cafeicultor de Minas, um produtor de couro na África ou um comprador de soja na China fizessem negócio direto, sem nunca se conhecerem, sem falar a mesma língua, sem usar a mesma moeda. O grão que sai da lavoura e vira dólar na conta do produtor passa, em algum ponto invisível do

caminho, pelas mãos de gente exatamente como aquela que morreu ali. Em suma, essas pessoas eram produtoras — só que de ponte, não de grão.

A cultura popular trata esses “centros financeiros” como fonte de ganância e corrupção. Vemos isso no jovem desinformado e manipulado que protesta contra a globalização e o livre comércio. Vemos isso, mais perto de casa, no nosso próprio STF, que tem destruído sistematicamente o direito de propriedade neste país — a mesma propriedade que sustenta a fazenda, o contrato de arrendamento, o financiamento agrícola. É preconceito antigo: desde a Antiguidade, o comerciante e sua atividade são tratados como algo desprezível, e o produtor rural, como o mero fornecedor bruto de uma cadeia que “gente da cidade” é quem realmente comanda.

Temos uma dívida com quem pereceu no WTC: enxergar sob nova luz a contribuição que eles, e toda a sua classe — a mesma classe de traders, financiadores e seguradores que hoje viabiliza cada saco de café e cada tonelada de soja que sai do Brasil — deram à sociedade. Como escreveu Mises: cada um carrega nos ombros uma parte da sociedade, e ninguém se livra da própria responsabilidade jogando-a nos outros. Nenhum indivíduo encontrará saída segura se a sociedade em que vive estiver se encaminhando para a destruição.

Por isso, cada um, no seu próprio interesse, deve se lançar vigorosamente nesta batalha intelectual. Ninguém tem o luxo de ficar indiferente e impávido — os interesses de todos dependem do resultado.

Queira ou não, cada homem faz parte dessa grande batalha histórica, essa batalha decisiva para a qual os eventos atuais nos empurraram.



**Antonio
Cabrera**

Autor: Antonio Cabrera é médico-veterinário, empresário do agronegócio e presidente do Grupo Cabrera. Foi ministro da Agricultura e Reforma Agrária — o mais jovem da história — e secretário da Agricultura do Estado de São Paulo. Integra o Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e preside o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica. **Os textos do colunista não

expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Beto Simonetti, presidente da OAB, tratou o caso envolvendo Alexandre de Moraes como uma crise institucional. (Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF)

Silêncio seletivo

OAB e elite jurídica diluem escândalo Moraes em discurso de “crise” no STF

Por Marlice Pinto Vilela

Em vez de discutir diretamente as suspeitas que recaem sobre Alexandre de Moraes, parte

expressiva da cúpula jurídica brasileira tem tratado o episódio como uma crise institucional. OAB, ministros aposentados do STF e outras figuras influentes no meio jurídico têm concentrado suas manifestações nos riscos para a Corte e para a estabilidade democrática, deixando em segundo plano a possível responsabilização do ministro.

Na avaliação de juristas, esse enquadramento altera o eixo da discussão pública. Em vez de concentrar o debate nas suspeitas envolvendo Alexandre de Moraes, entre elas o suposto compartilhamento de informações de um processo sigiloso e a relação contratual de R\$ 131 milhões entre o banco de Daniel Vorcaro e o escritório de sua esposa, e os desdobramentos dessa parceria, as manifestações têm enfatizado os efeitos do caso sobre a imagem do STF e a

estabilidade institucional. Ao enfatizar a existência de uma crise entre ministros ou de um conflito interno no Supremo, essas manifestações tendem a tratar possíveis crimes em uma mera disputa política entre Alexandre de Moraes e André Mendonça. Dessa forma, reforça a tendência de que os indícios que recaem sobre Moraes permaneçam em segundo plano.

A postura da OAB, que inicialmente se limitava a manifestar "extrema preocupação" com os fatos, tornou-se mais contundente nesta semana. Além de questionar a participação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, na análise do caso envolvendo Moraes e Vorcaro, a entidade criou uma comissão especial encarregada de examinar documentos do STF e elaborar um parecer sobre a conduta dos ministros envolvidos.

Mesmo assim, a OAB continua tratando o episódio principalmente sob a ótica da crise institucional, sem mencionar expressamente a possibilidade de responsabilização de Alexandre de Moraes ou a adoção de medidas mais gravosas, como pedidos de impeachment.

A mesma linha apareceu na carta divulgada por ministros aposentados do Supremo que já ocuparam a cadeira da presidência do STF. No documento, eles afirmam que a Corte enfrenta "a mais aguda crise de sua história" e defendem uma apuração urgente dos fatos. O foco da manifestação, porém, também recai sobre os danos ao "prestígio e à autoridade" da instituição, à "confiança do povo" e à "estabilidade das instituições democráticas", sem referência direta a eventuais responsabilidades individuais de membros do STF.

O ex-presidente Michel Temer, professor de Direito Constitucional e figura influente no meio jurídico brasileiro, adotou o mesmo enfoque. Em pronunciamento público, Temer afirmou que "o que deve prevalecer não são as pessoas, mas sim as instituições" e ressaltou que seu objetivo não era tratar de "questões ou disputas individuais", mas defender a integridade do Supremo Tribunal Federal.

Embora tenha defendido a apuração de eventuais responsabilidades, Temer concentrou sua manifestação na preservação das instituições, da harmonia entre os Poderes e da autoridade do STF, sem abordar diretamente as suspeitas atribuídas a Alexandre de Moraes.

Não há crise institucional sem responsáveis, afirmam juristas

"Eles querem desviar a questão dizendo que é uma crise interna. Não é crise nenhuma. Existe uma imputação de crime que precisa ser investigada", afirma o jurista e professor aposentado da USP Modesto Carvalhosa. Na avaliação do jurista, esse tipo de narrativa retira o foco das acusações e reduz a pressão por esclarecimentos em relação ao ministro.

Carvalhosa também criticou a mudança de postura anunciada pela OAB nos últimos dias. "A OAB Nacional é aparelhada para realmente desviar o foco. O Gonet, a essa altura, é importante, mas é secundário. Assim como as questões envolvendo Andrei Rodrigues e Leandro

Almada. A OAB acaba entrando na jogada”, declara

O doutor em Direito e cientista político Bruno Coletto também sustenta que o funcionamento das instituições não pode ser dissociado da atuação de seus integrantes. "Não existe uma crise puramente institucional. As instituições são movidas por pessoas, e são essas pessoas que geram as crises. Consequentemente, a legitimidade das instituições depende das respostas que esses agentes dão à sociedade", afirma. Segundo ele, a avaliação de uma crise institucional necessariamente passa pela análise das condutas dos agentes públicos envolvidos e da forma como as instituições respondem a elas.

Coletto também criticou a tendência corporativista no meio jurídico. Segundo ele, entidades de classe costumam agir de forma rápida na defesa de prerrogativas corporativas, mas demonstram menor disposição para enfrentar controvérsias que exigem escrutínio de integrantes das próprias instituições. "A indignação das elites jurídicas não pode ser seletiva. Ignorar, silenciar ou esconder o problema certamente não trará estabilidade institucional. Ao contrário, vai minar a legitimidade dessas instituições", diz.

Alessandro Chiarottino, professor de Direito Constitucional, concorda que o STF enfrenta uma crise institucional, mas discorda da avaliação de que esse diagnóstico sirva necessariamente para blindar Alexandre de Moraes.

Segundo ele, os problemas atribuídos ao ministro e a crise da Corte estão diretamente relacionados. "Além das questões que envolvem o Moraes individualmente, existe, sim, uma crise da instituição STF. Isso é muito claro", aponta. "Eu não vejo que isso proteja o Moraes, de modo algum, porque, nessa crise, ele é o principal envolvido, o principal responsável, por assim dizer. Portanto, não me parece que esse diagnóstico funcione como um desvio para afastar sua responsabilização", complementa.

A percepção de que o discurso sobre uma "crise institucional" pode deslocar o foco das responsabilidades individuais também aparece fora do meio acadêmico. Em publicação no X, o jornalista Glenn Greenwald criticou o que considera uma tentativa de diluir a responsabilidade de Alexandre de Moraes ao

enquadrar o episódio como uma crise institucional mais ampla. “Poucos na esquerda estão defendendo Moraes explicitamente [...]. Mas eles estão defendendo o Xandão: fingindo que se trata de um escândalo complicado que também inclui Mendonça pelo crime de tê-lo exposto”, escreveu.



[Voltar ao índice](#)



Vista panorâmica de Florianópolis, capital de Santa Catarina: estado superou São Paulo e é o mais competitivo do país, segundo levantamento do CLP (Foto: Oscar Fava/Wikimedia Commons)

Ranking de competitividade

Após 14 anos, SP perde posto de estado mais competitivo do país. Conheça o novo líder

Por Célio Yano

O estado de São Paulo deixou a liderança do Ranking de Competitividade dos Estados pela

primeira vez após 14 edições da lista, elaborada pelo Centro de Liderança Pública (CLP) com desenvolvimento técnico da Tendências Consultoria. Santa Catarina, que ocupava a segunda posição na edição anterior, passou ao primeiro lugar, enquanto São Paulo caiu para a segunda colocação. O Paraná manteve a terceira posição, ocupada desde 2022, e o Rio Grande do Sul avançou do quinto para o quarto lugar, sua melhor colocação até agora.

O Ranking de Competitividade dos Estados reúne indicadores distribuídos em dez pilares: infraestrutura, sustentabilidade social, segurança pública, educação, solidez fiscal, eficiência da máquina pública, capital humano, sustentabilidade ambiental, potencial de mercado e inovação. O objetivo é comparar fatores relacionados à capacidade dos estados de atrair

investimentos, oferecer serviços públicos e criar condições para o desenvolvimento econômico e social.

O levantamento dá mais peso para os pilares de segurança pública, sustentabilidade social, infraestrutura e educação, seguido por solidez fiscal e eficiência da máquina pública. A classificação mede o desempenho relativo dos estados no conjunto de indicadores, o que significa que uma mudança de posição não implica necessariamente piora absoluta de quem caiu ou melhora em todos os indicadores de quem subiu.

Um estado pode avançar mais rapidamente que outro e ultrapassá-lo mesmo que ambos tenham apresentado melhora em seus dados brutos. Nas

notas finais, a distância entre os dois estados mais competitivos já vinha diminuindo nos últimos anos.

Em 2023, São Paulo tinha vantagem de 5,6 pontos sobre Santa Catarina nas notas normalizadas do ranking. A diferença caiu para 2,7 pontos em 2024 e para apenas 1 ponto em 2025. Na edição de 2026, Santa Catarina passou a ter vantagem de 6,4 pontos sobre o estado paulista.

Ranking de Competitividade dos Estados 2026

Posição	UF	Nota final
1	Santa Catarina	87,06
2	São Paulo	80,68
3	Paraná	76,30
4	Rio Grande do Sul	68,00
5	Espírito Santo	67,24
6	Distrito Federal	62,43
7	Minas Gerais	60,23
8	Goiás	59,46
9	Mato Grosso	59,08
10	Mato Grosso do Sul	55,15
11	Ceará	54,04
12	Paraíba	53,92
13	Rio de Janeiro	50,01
14	Amazonas	48,99
15	Rio Grande do Norte	46,94
16	Sergipe	44,96
17	Pernambuco	43,57
18	Alagoas	42,99
19	Piauí	39,36

20	Rondônia	36,33
21	Bahia	36,11
22	Roraima	35,69
23	Maranhão	34,02
24	Tocantins	33,33
25	Pará	32,81
26	Acre	24,73
27	Amapá	24,50

Fonte: CLP

Como Santa Catarina alcançou a liderança no ranking

A ascensão catarinense foi impulsionada principalmente por avanços em áreas nas quais o estado melhorou sua posição relativa dentro do ranking. Em educação, Santa Catarina ganhou sete posições. Um dos principais fatores foi o avanço de 23 colocações no indicador de avaliação educacional.

O estado também subiu sete posições no pilar de eficiência da máquina pública, acompanhado por ganhos de 17 posições no indicador de equilíbrio de gênero no emprego público estadual e de 12 posições no equilíbrio de gênero na remuneração pública estadual. Outro avanço relevante ocorreu em solidez fiscal, pilar em que Santa Catarina ganhou três posições. O resultado foi acompanhado por uma melhora de dez colocações no indicador de sucesso do planejamento orçamentário, além de ganhos em regra de ouro e solvência fiscal.

Santa Catarina também avançou três posições em sustentabilidade ambiental, com melhora em indicadores relacionados à transparência das ações de combate ao desmatamento, serviços urbanos e tratamento de esgoto. Em potencial de mercado, o estado subiu duas posições.

O resultado final revela uma vantagem construída pela consistência em diferentes áreas. Na comparação entre os dez pilares, Santa Catarina ficou em primeiro lugar em sustentabilidade social, segurança pública e potencial de mercado; foi terceira colocada em eficiência da máquina pública e quarta em solidez fiscal. O estado lidera em sustentabilidade social, segurança pública e potencial de mercado. Sua pior colocação entre os pilares foi infraestrutura, em quinto lugar.

São Paulo continua líder em áreas estratégicas

A perda da primeira posição geral não significa, porém, que São Paulo tenha deixado de apresentar resultados superiores em áreas importantes. O estado paulista continua na

primeira colocação nos pilares de infraestrutura, educação e sustentabilidade ambiental, ou seja, em três dos dez grandes grupos de indicadores utilizados pelo levantamento. A queda para o segundo lugar foi influenciada principalmente por perdas relativas em cinco pilares. A maior delas ocorreu em eficiência da máquina pública, área em que São Paulo caiu nove posições. O estado também perdeu posições em capital humano, segurança pública, solidez fiscal e inovação.

Entre os fatores apontados pelo relatório estão quedas relativas nos indicadores de equilíbrio de gênero na remuneração pública estadual, qualidade da informação contábil e fiscal e produtividade dos magistrados e servidores do Judiciário. Em solidez fiscal, houve recuos nos indicadores de taxa de investimentos e sucesso

do planejamento orçamentário. O próprio estudo alerta, no entanto, que a mudança de liderança deve ser interpretada com cuidado. O ranking é construído a partir da posição relativa dos estados e da agregação ponderada de diversos indicadores. Assim, não é possível concluir, apenas pela perda da primeira colocação, que São Paulo tenha se tornado menos competitivo em termos absolutos.

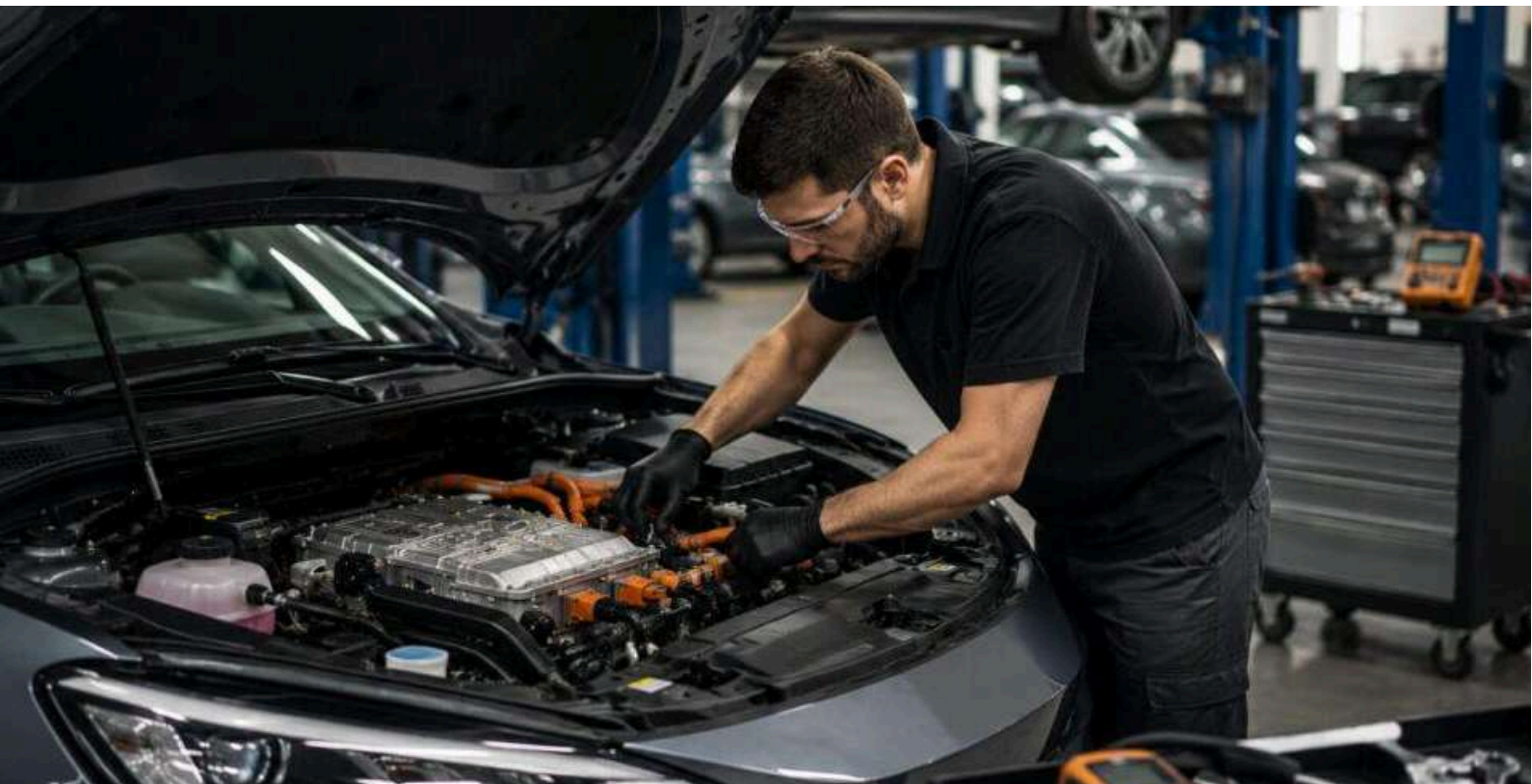
Região Sul consolida domínio no topo

A nova edição também reforça a concentração dos estados do Sul e do Sudeste nas primeiras posições do ranking. Além da liderança de Santa Catarina, o Paraná permaneceu em terceiro lugar e o Rio Grande do Sul alcançou a quarta colocação, depois de passar três anos consecutivos em quinto.

No Nordeste, o Ceará assumiu a liderança regional e subiu três posições no ranking geral, chegando ao 11º lugar e ultrapassando a Paraíba. Na região Norte, o Amazonas também avançou três posições, chegando à 14ª colocação e se tornando o estado mais bem posicionado da região. Na outra ponta, Pará, Acre e Amapá permaneceram nas três últimas posições do ranking.



[Voltar ao índice](#)



Com avanço de híbridos e elétricos, oficinas investem em equipamentos e capacitação para lidar com sistemas que exigem conhecimento técnico e protocolos de segurança específicos (Foto: Dall-E/Gazeta do Povo)

Automóveis

Oficinas têm dificuldade para acompanhar avanço de elétricos e híbridos

Por Fernando de Jesus, especial para a Gazeta do Povo

O Brasil emplacou 271 mil veículos leves eletrificados entre janeiro e julho de 2026,

volume 21% superior ao registrado em todo o ano passado. Em julho, elétricos e híbridos chegaram a representar 21% das vendas de veículos leves no país, segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE). Para acompanhar o avanço de carros elétricos e híbridos, parte das oficinas tradicionais tem investido em equipamentos e capacitação para atender veículos que exigem novos conhecimentos e procedimentos de reparo.

Embora boa parte dos modelos mais novos ainda esteja coberta pela garantia das montadoras, veículos que já circulam fora das redes autorizadas começam a criar demanda para as oficinas independentes. Além dos serviços periódicos, os estabelecimentos passam a receber carros com problemas específicos de sistemas elétricos, como baterias, carregamento e componentes eletrônicos.

O movimento levou o empresário Willian Leonelo, proprietário de uma oficina especializada em veículos importados em Curitiba, a investir R\$ 230 mil em equipamentos e treinamento. A aposta, segundo ele, tem se mostrado rentável. “Hoje vale a pena atender híbridos e elétricos. O lucro é melhor do que nos carros convencionais”, afirma.

O investimento, porém, não termina na compra dos equipamentos. Segundo o empresário, cada novo modelo que chega ao mercado pode exigir novas ferramentas e conhecimentos. “A cada veículo lançado precisamos investir novamente”, diz.

A mudança representa uma transformação na rotina das oficinas. Os veículos elétricos têm menos componentes móveis e dispensam

serviços comuns nos modelos a combustão, como troca de óleo do motor, velas, correias e escapamento – diferentemente dos híbridos, em que parte da manutenção tradicional permanece, já que esses veículos também utilizam motores a combustão.

No caso dos elétricos, isso reduz parte da manutenção preventiva tradicional. Por outro lado, sistemas de alta tensão, baterias, motores elétricos, eletrônica embarcada e equipamentos de diagnóstico exigem conhecimento específico e protocolos de segurança.

Segundo Leonelo, para reparar a bateria de alta tensão de uma Volvo XC40 híbrida, por exemplo, o proprietário pode receber da concessionária um orçamento entre R\$ 60 mil e R\$ 80 mil. Em uma oficina especializada, o mesmo componente pode

sair por cerca de R\$ 20 mil. A matemática ajuda a explicar o espaço que oficinas independentes começam a enxergar nesse mercado.

Entre os híbridos e elétricos, os modelos da Volvo estão entre os que mais chegam à oficina, conta Leonelo. O empresário diz que veículos da marca fabricados até 2022 costumam apresentar ocorrências envolvendo compressor do ar-condicionado, transmissão, tomada de carregamento e sistema de aquecimento.

No Nissan Leaf, os problemas mais frequentes relatados pelo reparador envolvem perda de autonomia e células da bateria. Já no BYD Dolphin, a principal ocorrência apontada pelo mecânico é relacionada à caixa de direção. Nos híbridos GWM Haval H6, ele destaca problemas

que associa à utilização de gasolina com alta concentração de etanol.

Maioria das oficinas ainda não está preparada para eletrificados

Apesar do crescimento dos eletrificados, a grande maioria parte das oficinas ainda não está preparada para atender esses veículos. Segundo Evaldo Kusters, diretor do Sindicato das Empresas de Reparação de Veículos (Sindirepa-PR), cerca de 99% das oficinas associadas à entidade ainda não estão preparadas para atender veículos híbridos e elétricos. Até agora, apenas quatro estabelecimentos associados estão capacitados, todos do segmento de reparação de carroceria.

A concentração nesse segmento tem uma explicação. Como os veículos eletrificados também chegam às oficinas após colisões, funilarias e empresas de pintura precisaram se preparar para lidar com os sistemas elétricos e garantir a segurança dos reparos. “As primeiras empresas a se preparar foram as empresas de reparo de carroceria, pois os veículos, antes de estragar, sofrem sinistros (batem). Neste caso, o foco principal é trabalhar com segurança e garantir a integridade dos sistemas”, afirma Kusters.

Nas oficinas mecânicas, a demanda ainda é pequena. A maior parte dos híbridos e elétricos vendidos recentemente permanece dentro do período de garantia das montadoras. Serviços relacionados ao desgaste, como freios, suspensão, direção e iluminação, já são realizados por

reparadores independentes, mas ainda não representam volume significativo.

Mesmo antes de a demanda ganhar escala, porém, oficinas começam a buscar capacitação. O Sindirepa-PR e o Senai oferecem, em parceria, programa voltado à formação de profissionais para atuar com segurança em sistemas de baixa e alta tensão. O custo de entrada, entretanto, pode limitar a participação de pequenas empresas. Segundo Kusters, a adaptação de uma oficina pode exigir entre R\$ 20 mil e R\$ 150 mil, dependendo da complexidade e da abrangência dos serviços. O valor não inclui investimentos para reparos em baterias e motores elétricos.

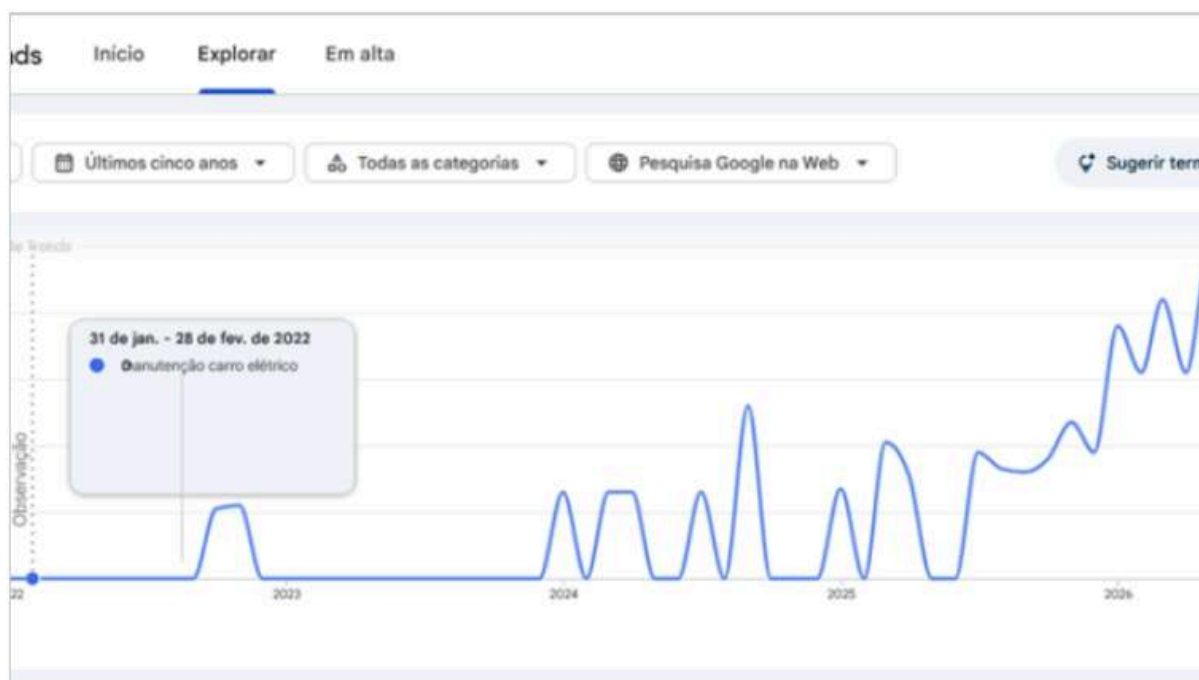
Outro obstáculo apontado pelo Sindirepa-PR é o acesso a informações técnicas e peças. Para Kusters, oficinas independentes ainda encontram

dificuldades para obter dados necessários à manutenção de determinados modelos e componentes que não estão disponíveis no mercado de reposição. “As montadoras, em sua maioria, veem os reparadores como concorrentes e não como parceiros e clientes”, afirma.

Dados do Google Trends mostram que o interesse dos brasileiros pelo termo “manutenção de carro elétrico” fortemente neste ano. As buscas começaram a ganhar força no fim de 2023 e atingiram em agosto de 2026 o maior nível dos últimos cinco anos.

O índice do Google Trends é relativo: 100 representa o maior nível de interesse pelo termo dentro do período analisado. No início da trajetória de alta, o índice estava em cerca de 40 pontos. O aumento das buscas acompanha a

expansão da frota de carros elétricos e híbridos no país e indica que o interesse dos consumidores começa a se estender também para a manutenção e os serviços especializados.



*** Esta reportagem faz parte de uma parceria com o Google, que apoia projetos jornalísticos baseados em dados do Google Trends. A apuração é de responsabilidade exclusiva da Gazeta do Povo, sem qualquer interferência editorial do Google.*



[Voltar ao índice](#)



Sede da Netflix, em Los Angeles: gigante do streaming enfrenta dificuldades. (Foto: EFE/EPA/CHRISTIAN MONTERROSA)

Streaming

A Netflix está em crise — e a obsessão pelo woke é um dos motivos

Por André Luiz Corrêa, especial para a Gazeta do Povo

Por fora, a Netflix ainda é a líder em assinaturas e domina o mercado de streaming há algumas

décadas. Por dentro, a estrutura apresenta rachaduras e os números deixam os investidores em alerta. A crise tem múltiplas explicações, mas uma delas é evidente: a adesão à cultura woke. Há um ano, a Netflix valia mais de US\$ 500 bilhões e, no início deste mês, o valor caiu para US\$ 344 bilhões. Investidores otimistas dizem que se trata de uma precificação esperada após anos de crescimento. Mas há outros dados que, analisados em conjunto, podem trazer maior preocupação.

As ações da empresa recuaram 21% neste ano e estão na casa dos US\$ 78. Na mesma data do ano passado, as mesmas ações valiam US\$ 122. No primeiro semestre deste ano, chegaram ao seu patamar mais baixo: US\$ 65. Além disso, o ritmo de novas assinaturas desacelerou. A empresa teve o seu menor crescimento em anos, estimado em

900.000 novos membros, o que coincidiu com o pior trimestre de audiência de seus 10 principais títulos desde a última greve dos roteiristas.

Em um período de incertezas, uma decisão oficial da empresa foi bastante questionada. A Netflix divulga semestralmente o relatório “O Que Nós Assistimos”, em que revela aos investidores e assinantes as produções mais assistidas e as perspectivas da empresa para o futuro. Porém, na metade deste ano, a companhia decidiu que a divulgação não será mais semestral, mas sim anual. E parar de divulgar dados quando eles pareciam controversos soou mal. Para piorar, ficou mal explicado o fracasso na compra da Warner Bros. No início deste ano, a Netflix avançou sobre a tradicional empresa com uma oferta de US\$ 82,7 bilhões pelos estúdios de cinema e televisão e pelos serviços de streaming

HBO Max e HBO. Seria a vitória definitiva da companhia de Los Gatos, Califórnia, que incorporaria produções como Game of Thrones, Succession e a aguardada série de Harry Potter. Porém, a Paramount aumentou a oferta para US\$ 100 bilhões e levou a disputa.

Muitos espectadores já estranham o layout da plataforma. Se antes filmes e séries dominavam a tela, hoje eles convivem com jogos de videogame. “Squid Game Unleashed”, “Mini Golf” e o clássico “Tetris” são algumas das opções. Além disso, transmissões ao vivo, como lutas de boxe entre Jake Paul e Mike Tyson, e o show de retorno do grupo sul-coreano BTS são novos atrativos. Na Netflix americana, já são comuns podcasts e até vídeos curtos.

A situação é bem diferente da concorrente HBO, que, neste aspecto, parece um serviço de streaming para adultos. Com um visual mais sóbrio, a plataforma exhibe apenas filmes e séries de inegável qualidade, como o premiado Pecadores (2025), Euphoria (2019-2026) e o seu último sucesso, The Pitt (2025), série médica líder de indicações no Emmy deste ano. A Netflix, aliás, nunca conseguiu traduzir seu domínio no mercado em soberania nas premiações. A rivalidade é acirrada com a HBO e agora também com a Apple TV, que ganha espaço com excelentes produções como Pluribus (2025), O Segredo de Widow's Bay (2026) e F1: O Filme (2025).

As pautas progressistas ainda estão muito presentes nas produções e, para alguns, a plataforma virou a “Wokeflix”. Recentemente, o

filme “Elize: Sombras de Uma Mulher” (2026) recebeu críticas por relativizar um crime bárbaro e retratar a assassina como vítima de um relacionamento abusivo. O suspense de ficção científica estrelado por Wagner Moura, “A Última Casa” (2026), parece um manifesto ecológico. Até a prestigiada série “Adolescência” (2025) retrata, sob certo aspecto, um episódio de violência de gênero.

No final do ano passado, um texto revelador desse estado de coisas ganhou repercussão. Ele foi publicado no Substack do roteirista Fabio Danesi Rossi, que escreveu séries de sucesso como “O Negócio” (2013-2018, HBO), o filme “Pronto, Falei” (2022, Prime) e a animação “Sítio do Pica-Pau Amarelo” (2012, TV Globo), além de “Julie e os Fantasma” (2011-2012, Netflix), que chegou a ser vendida para a plataforma

americana. No auge de sua carreira, junto de outros dois roteiristas, Alexandre Soares Silva e Rodrigo Castilho — que também participaram dos roteiros de “O Negócio” e “Pronto, Falei” —, o trio apresentou um projeto para a Netflix que foi o escolhido entre milhares de concorrentes. “Mas ele tinha um problema: havia sido criado por três homens brancos”, lamenta Rossi. Então, a Netflix exigiu a entrada de uma mulher na equipe, o que foi prontamente aceito pelos três. Porém, as exigências seguiram, o interesse da protagonista por arte foi considerado muito “white people problem” (frase cômica e irônica usada para descrever reclamações fúteis de pessoas ricas) e a série não foi para a frente. Alexandre Soares Silva, em entrevista à Gazeta do Povo, explica que, quando se foca muito em cotas, como no exemplo do caso anterior, a qualidade do produto pode ser prejudicada. “A Netflix virou um pouco sinônimo

de baixa qualidade”, resume ele. Entre as produções da plataforma, ele elogia apenas alguns bons momentos em *The Crown* (2016-2023) e *Beef* (2023).

O lado ruim da tecnologia

Outra mudança sutil, mas que contribuiu para a perda de qualidade, está nas consequências da tecnologia. Com o maior número de visualizações feitas pelo celular, somado ao déficit de atenção generalizado, foi necessária uma alteração na escrita dos roteiros. É comum que as produções repitam a história central à medida que a trama avança, pois muitos espectadores acabam se esquecendo do enredo.

A reclamação foi endossada pelos consagrados atores Matt Damon e Ben Affleck em entrevista

ao podcast de Joe Rogan. Já o prestigiado diretor Martin Scorsese disse que, nos streamings, “a arte do cinema é sistematicamente desvalorizada, marginalizada, rebaixada e reduzida ao menor denominador comum: ‘conteúdo’”. Agora mesmo, o filme mais visto na Netflix brasileira é “Grand Theft Auto VI: An Extended Look” — que é apenas o trailer do famoso jogo de videogame. Em seguida, “O Homem que Sussurra” (2026), estrelado por Robert De Niro, apresenta uma confusa e problemática trama policial. Entre as séries, nada de muito relevante sobreviveu ao sucesso estrondoso da criativa Stranger Things. Fazer boas recomendações aos conhecidos na plataforma já foi tarefa mais fácil.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- **Pisa 2025: alunos brasileiros mantêm desempenho fraco desde 2009**
- **As 10 teses mais inusitadas premiadas pela Capes em 2026**
- **Como Augusto Cury ergueu um império comercial a partir de uma teoria controversa**
- **Lindsay Clancy: a mãe que matou os três filhos e rachou o feminismo americano**
- **Um ano após a morte de Charlie Kirk, divisão da direita põe o seu legado à prova**
- **Por que a Áustria quer ser o primeiro país da Europa a banir o islamismo da política**

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice